

Construindo Territórios Agroecológicos: aprendizagens, ação coletiva e política pública de agricultura urbana em Belo Horizonte (MG)

Building Agroecological Territories: learning, collective action and public policy for urban agriculture in Belo Horizonte (MG)

Gabriel Mattos Ornelas¹, Maria Luiza Grossi Araújo² e Vitória Eliza Ribeiro³

¹Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG. Gestor Público da Prefeitura de Belo Horizonte e Integrante do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana - AUÊ!/UFMG. E-mail: gabriellornelas@gmail.com; ²Prof.^a. Adjunta - Departamento de Geografia/UFMG. Integrante do AUÊ!/UFMG. E-mail: mlgrossi@ufmg.br; ³Graduanda em Ciências Socioambientais/UFMG, bolsista PROEX/UFMG e integrante do AUÊ!/UFMG E-mail: vitoriaeliza.prof@gmail.com

Resumo

A metrópole de Belo Horizonte (MG), se destaca desde o início da década de 1990, em promover iniciativas de políticas públicas vinculadas à segurança alimentar e nutricional e ao incentivo à agricultura urbana. Este trabalho apresentará a experiência de uma parceria tripartite entre a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas e a Universidade Federal de Minas Gerais. No início do ano de 2023, o Programa Territórios Sustentáveis da PBH, lançou a segunda edição do “Curso de Formação de Promotoras e Promotores da Agroecologia e Agricultura Urbana”, tendo como público-alvo moradores dos territórios atendidos pelo programa (Ocupações Vitória, Esperança e Rosa Leão; Quilombo Mangueiras e Vila Cemig/Alto das Antenas) e também a participação de Unidades Produtivas Coletivas e Comunitárias cadastradas na PBH e interessadas nessa formação. Inspirando-se na metodologia “De Camponês a Camponês”, o curso, estruturado em módulos temáticos presenciais e de mobilização com ações coletivas junto aos Comitês Locais e mutirões nos territórios do programa, promove encontros práticos e interativos com os participantes, construindo aprendizagens agroecológicas e fortalecendo as políticas públicas.

Palavras-chave: aprendizagens agroecológicas; políticas públicas; territórios sustentáveis; agricultura urbana.

Abstract

The metropolis of Belo Horizonte (MG), has stood out since the early 1990s in promoting public policy initiatives linked to food and nutritional security and encouraging urban agriculture. This work will present the experience of a tripartite partnership between the City Hall of Belo Horizonte (PBH), the Alternative Technologies Exchange Network and the Federal University of Minas Gerais. In early 2023, the Sustainable Territories Program of the PBH, launched the second edition of the "Training Course for Agroecology and Urban Agriculture Promoters", targeting residents of the territories served by the program (Ocupações Vitória, Esperança and Rosa Leão; Quilombo Mangueiras and Vila Cemig/Alto das Antenas) and also the participation of Collective and Community Production Units registered with the PBH and interested in this training. Adopting the "From Farmer to Farmer" methodology, the course, structured in thematic face-to-face modules and mobilization with collective actions together with the Local Committees and task forces in the territories of the program, promotes practical and interactive meetings with the participants, building agroecological learning and strengthening public policy.

Keywords: agroecological learning; public policies; sustainable territories; urban agriculture.

Introdução

Este resumo tem o objetivo de descrever e refletir sobre o projeto de extensão “Agrobiodiversidade e Aprendizagens Agroecológicas em Periferias Urbanas: Práticas e Praticantes do Programa Territórios Sustentáveis de Belo Horizonte”, que, em 2023, se desdobra na realização da segunda edição do “Curso de Formação de Promotoras e Promotores da Agroecologia e Agricultura Urbana”.¹

O Curso é resultado de uma ação extensionista e colaborativa do Programa Territórios Sustentáveis (PTS) da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN/PBH)² em parceria com a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) e a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (PROEX/UFMG), através do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IGC/UFMG) e do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ!/UFMG).

A proposta do resumo é apresentar o desenho institucional e comunitário da política pública desenvolvida pelo Programa Territórios Sustentáveis (PTS) da SUSAN/PBH, assim como refletir sobre o processo de construção de aprendizagens agroecológicas entre instituições, organizações da sociedade civil e os atores dos territórios da metrópole belorizontina onde atua o projeto.

Nesse sentido, serão descritas a organização do curso, a metodologia e os processos de aprendizagens agroecológicas, registradas nos encontros e atividades realizadas nos territórios. Tomando como referência o escopo do curso, entende-se que ele visa contribuir com o fortalecimento da cidadania e da participação direta dos atores envolvidos através dos encontros com os Comitês Locais de cada território e mutirões (ações coletivas), com valorização dos saberes e memórias bioculturais, buscando reduzir as desigualdades socioeconômicas e a insegurança alimentar nas comunidades e promover o bem viver nas periferias urbanas, no sentido de uma construção de um projeto emancipador.

¹ A primeira edição do curso foi realizada em 2018, organizado conjuntamente pelo coletivo Agroecologia na Periferia, REDE, SUSAN/PBH e ativistas. Participaram dessa edição integrantes das ocupações Vitória, Rosa Leão, Esperança, Tomás Balduino e das comunidades do Aglomerado da Serra, Vila Acaba Mundo, Dandara, Ribeiro de Abreu e dos Quilombos de Belo Horizontes.

² A trajetória institucional da SUSAN/PBH tem sido desenvolvida e fortalecida com políticas públicas, desde sua criação, em 2017, em consonância ao direito humano à alimentação saudável e promovendo a inovação e aprimoramento dos programas e ações, com foco na gestão intersetorial, no diálogo com a sociedade, na cooperação internacional e na formação continuada dos profissionais. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan>. Acesso em 11 de maio de 2023.

Descrição e reflexão sobre a experiência

O Programa Territórios Sustentáveis (PTS) tem como objetivo promover o [des]envolvimento³ sustentável de territórios socioambientalmente vulneráveis em Belo Horizonte por meio de serviços intersetoriais.⁴ O programa conta com uma estrutura de governança participativa através do Grupo Gestor, Fórum e Comitês Locais que possibilita a realização da mobilização social, o planejamento, a definição de prioridades, agendas e cronogramas e o acompanhamento e monitoramento das ações. Atualmente, o PTS atua em 5 (cinco) territórios, sendo eles: as ocupações urbanas presentes na Região da Izidora (Vitória, Rosa Leão e Esperança), o Quilombo Mangueiras (na regional Norte) e a Vila Cemig/Alto das Antenas (na regional Barreiro).

Os aspectos sociopolíticos e históricos da constituição da metrópole de Belo Horizonte indicam que, desde seu planejamento e criação, Belo Horizonte foi forjada por processos de segregação espacial. As ocupações urbanas que se inserem no escopo do PTS, podem ser definidas como espaços insurgentes, que por iniciativas de pessoas⁵ realizaram a ocupação das terras do Izidora, espaço subutilizado na realização de sua função social⁶. Por sua vez, o Quilombo Mangueiras, com registro de existência datado desde meados do século XIX, expõe as contradições da expansão da metrópole de Belo Horizonte.⁷ No Brasil, os quilombos têm sido considerados contemporaneamente “(...) grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio” (O'DWYER, 2008).⁸ Por sua vez, a Vila Cemig/Alto das Antenas é

³ É importante evidenciar a proposta de envolvimento, destacando essa palavra para refletir criticamente sobre o conceito de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o prefixo [des] traz a ideia de "não envolvimento" e de separação, porém na perspectiva contracolonial há o entendimento do ser enquanto natureza e não algo à parte da natureza. Assim, no caso do PTS, a proposta é promover o envolvimento das e entre as comunidades para construção dos territórios sustentáveis.

⁴ São eles: Produção Agroecológica e Gestão de Resíduos; Preservação e Recuperação Ambiental; Comercialização e Construção de Mercados; Ações Socioassistenciais e Mobilização Social, Direitos Humanos, Cidadania e Saúde Coletiva; Educação; Pesquisa e Extensão; e Arte e Cultura.

⁵ Inicialmente, nos anos de 2013, 2014 e 2015, a iniciativa da ocupação foi realizada isoladamente. Paulatinamente, com a organização das famílias, movimentos sociais e populares houve o adensamento humano do território.

⁶ As ocupações Vitória, Esperança e Rosa Leão encontram-se localizadas no bairro Granja Werneck, vetor norte da metrópole de Belo Horizonte. Nelas vivem, atualmente, cerca de 10 mil famílias. No território das ocupações encontra-se a última reserva de área verde de Belo Horizonte, a “mata do Isidoro”, cobiçada por investimentos do setor imobiliário e investimentos do Estado, a exemplo Linha Verde que liga o centro de Belo Horizonte a Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais e ao Aeroporto Internacional de Confins, configurando a expansão da metrópole belorizontina no Vetor Norte (COSTA; MAGALHÃES, 2011).

⁷ Foi reconhecido como Patrimônio Cultural da cidade de Belo Horizonte somente em 2018.

⁸ O Quilombo Mangueiras está localizado entre Belo Horizonte e Santa Luzia, próximo ao Bairro Novo Aarão Reis e Ribeiro de Abreu, no quilômetro 13 da rodovia MG-20, e possui uma área de 19,9 hectares onde vivem 32

um espaço com forte segregação socioespacial e apresenta diversas situações de vulnerabilidade socioambiental. Esses territórios são resultados de resistências históricas decorrentes das desigualdades e violências presentes nos marcadores sociais de raça, gênero e classe. As pessoas que vivem nas ocupações, na vila e no quilombo encontram-se politicamente mobilizados para o acesso e manutenção ao direito à terra como direito à cidade, num exercício ampliado dos direitos à moradia e à alimentação saudável (ANDRADE, 2003).

Diante desse cenário, o “Curso de Formação de Promotoras e Promotores da Agroecologia e Agricultura Urbana” busca promover a formação de pessoas desses territórios, para atuarem na multiplicação e fortalecimento da agroecologia em suas comunidades e/ou grupos. O curso iniciou em março e acontecerá até o mês de agosto/2023. Foram inscritos vinte (20) moradores dos cinco territórios atendidos pelo PTS e dez (10) participantes de outras Unidades Produtivas cadastradas na SUSAN/PBH.⁹

O curso inspira-se na metodologia “De Camponês a Camponês”, focada no processo social para a transição agroecológica e a territorialização da agroecologia. A metodologia, difundida na América Central, com destaque em Cuba, tem uma filosofia política e de organização social que busca promover a pessoa e a família camponesa como sujeito central na transformação de sua realidade socioambiental, colocando em evidência os saberes locais e tradicionais, muitas vezes não reconhecidos e valorizados. É uma metodologia horizontal, libertadora, dinâmica e criativa, que permite a ampla participação coletiva, na qual as comunidades assumem o controle dos processos produtivos desenvolvendo espaços de diálogo como sujeitos ativos, de saberes e lutas, herdados historicamente e construídos coletivamente e colaborativamente, potencializando a cidadania.

O curso foi organizado em seis módulos, contabilizando um total de nove encontros presenciais, com atividades complementares produzidas no tempo-território-comunidade e a realização de mutirões para ações coletivas. Quatro desses encontros estão programados para acontecer no Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN), localizado do Mercado da Lagoinha; dois encontros ocorrerão nos territórios, e três encontros

famílias. Disponível em: <https://cbhvelhas.org.br/noticias-internas/quilombo-mangueiras-e-a-luta-pela-preservacao-de-seu-territorio-na-bacia-do-rio-das-velhas/> Acesso em 13 de maio de 2023.

⁹ A SUSAN/PBH, por meio da Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana (GEFAU), incentiva e apoia a implantação e manutenção de unidades produtivas coletivas e comunitárias, fornecendo assessoria técnica e insumos para promoção da agricultura urbana de base agroecológica. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/fomento/sistemas-de-producao/coletivas-e-comunitarias>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

estão programados para os mutirões¹⁰, também nos territórios. Em todos os encontros estão previstas atividades teóricas e práticas, elaboradas pelos participantes cursistas, com a perspectiva de uma aprendizagem horizontal, em que as/os promotoras/es estarão em diálogo com as/os facilitadoras/es do processo. Os temas do curso perpassam pelo planejamento produtivo, cuidado e formação do solo, adubação, plantio, colheita, controle natural de pragas e doenças, cuidado e preservação da água, metodologias participativas na construção da agroecologia, entre outros aprendizados compartilhados.

Figura 1: Módulo I de Abertura do Curso de Formação de Promotores e Promotoras da Agroecologia e Agricultura Urbana (2023), realizado no CRESAN/PBH.



Foto: Vitória Eliza Ribeiro. Data: 22/03/2023.

Diálogo com os princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia

O Curso de Formação de Promotores/as da Agroecologia e da Agricultura Urbana busca promover a *transformação* através da emancipação dos/as agricultores/as e dos territórios. Além disso, tem como centralidade processos de aprendizagens construídos pelas/es agricultoras/es a partir das trocas de saberes horizontais e de metodologias participativas, principalmente a “Camponês a Camponês” que rompe com modelo de educação convencional-colonial. Nesse sentido, a valorização dos saberes tradicionais e das comunidades é fundamental, entendendo suas especificidades e importância para manutenção da *vida*, da *agrobiodiversidade* e dos *saberes* nos territórios urbanos¹¹.

¹⁰ Os mutirões têm a finalidade pedagógica de reunir os participantes cursistas com a mediação pedagógica da SUSAN/REDE/AUÊ! para o reconhecimento e a construção de aprendizagens e trocas de saberes na resolução de problemas situados e relacionados à produção agroecológica.

¹¹ Para Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 236), na “(...) produção e reprodução da diversidade está também incluída a produção da experiência. Como consequência, a perda de diversidade significa a extinção da experiência biológica e cultural, implica a erosão do ato de descobrir e a redução da criatividade”.

Durante o curso são debatidas, por meio do diálogo e da análise da *complexidade* dos territórios e suas multidimensões, as convergências e divergências entre ocupações urbanas, vilas, quilombos e hortas comunitárias. O objetivo do curso será atingido no momento em que as/os agricultoras/es atuarem enquanto promotoras/es, educadoras/es e multiplicadoras/es dos saberes e práticas para construção de territórios agroecológicos.

A agroecologia tem sido um rico caminho de diálogo que repercute as dimensões ecológicas, sociais e econômicas associadas às práticas históricas e culturais de agricultores/as na perspectiva das memórias bioculturais. A educação agroecológica é, portanto, uma educação socioambiental crítica, e implica no conhecimento construído coletivamente a partir do diálogo de saberes e práticas diversas, possibilitando a consolidação de uma cosmopolítica (STENGERS, 2018).

Na agroecologia, os conhecimentos tradicionais compartilhados têm sido uma expressão das memórias bioculturais (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015). Não se trata de um fundamento estritamente técnico, mas, sobretudo, de práticas e experiências evidenciadas pelas memórias de uma dada coletividade ou grupo de pessoas, que guardam e valorizam a expressão do viver e do sentir o mundo em sua *diversidade* sociocultural. De acordo com Stengers (2018), “os problemas que pensamos sob o modo da política não se refere ao registro das respostas, mas coloca a questão sobre a maneira como podem ser escutados “coletivamente”, no âmbito do agenciamento através do qual se propõe uma questão política (...)” (p. 448).¹²

As palavras ditas através da experiência de mundo são referenciadas na agroecologia como resgate metodológico das memórias e suas expressões, para que a partir delas, se possam traduzir e/ou reparar as memórias bioculturais de comunidades e/ou grupos de pessoas, tanto com elas mesmas, quanto entre si, criando sentido para aquilo que é a implicação ética dos processos de educação na agroecologia: o compromisso sociocultural e ambiental dentro de uma rede humanizada e em comunidade de práticas, e que produz a *vida* em sua *diversidade* numa perspectiva afetiva, de sensibilidades e da política das relações que se constrói com a natureza.

É desejável que uma educação/formação agroecológica traduza em diálogos, o conjunto das experiências bioculturais e tenha sensibilidade e disposição para acolher e trocar as

¹² “Não se trata de se dirigir a eles, mas de agenciar o conjunto de maneira tal que o pensamento coletivo se construa “em presença” da questão insistente que eles fazem existir” (STENGERS, 2018, p. 448).

memórias dos grupos e/ou comunidades com reconhecimento da pluralidade das experiências de mundo nas relações históricas daquelas comunidades com a natureza: estratégia para a fertilidade e reprodução criativa dos solos, das águas, das florestas, das sementes e de todo trabalho como expressão da cultura humana, garantindo, dessa maneira, processos de aprendizagens que possibilitam a sustentação de sistemas de produção, consumo e comercialização que valorizem a *vida* em sua *pluridiversidade*.

Pode-se dizer que as aprendizagens agroecológicas são uma educação cosmopolítica e nesse sentido, uma educação que amplia os processos socioambientais para uma politização-cidadã da vida. Uma educação agroecológica precisa, dessa maneira, perguntar a si e às comunidades e/ou grupos de pessoas: *Onde estamos? De onde falamos? O que são promotores e promotoras em agroecologia? O que queremos? O que e como podemos plantar?*

Para finalizar, registra-se algumas palavras de uma promotora em agroecologia na abertura da segunda edição do curso: *“(...) nós vamos ser promotores em agroecologia, nós vamos multiplicar o que a gente aprende, porque nós somos multiplicadores. Eu digo que promotores em agroecologia não é só plantar! É vida... em todo sentido!”*.

Considerações finais

A partir da proposta do PTS no “Curso de Formação de Promotoras e Promotores da Agroecologia e Agricultura Urbana”, as ações extensionistas têm contribuído concretamente, para o fortalecimento da agricultura urbana de base agroecológica e para o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar nos territórios de atuação do PTS, ampliando a concepção de sujeitos socioambientais e de territórios sustentáveis, compreendidos como espaço de reprodução da vida (cosmopolítica) para a promoção da produção de alimentos saudáveis e do bem viver nas periferias urbanas.

O curso tem um caráter inseparável das proposições das políticas públicas em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e, da mesma forma, de uma cosmopolítica que adquire seu sentido nas situações concretas dos acontecimentos trazidos e vivenciados junto aos Comitês Locais e nas ações dos mutirões. A proposta do curso está inserida na perspectiva de uma educação agroecológica, em que o fortalecimento da territorialização da agroecologia em espaços vulnerabilizados, tal qual as ocupações Vitória, Esperança, Rosa Leão, o Quilombo Mangueiras e a Vila Cemig/Alto das Antenas se mostrem, no caso da cidade metropolitana de Belo Horizonte, uma política pública relevante, em correspondência à proposta do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e, ao mesmo tempo, um movimento

cosmopolítico-pedagógico em defesa da dignidade humana, com transformações reais nas relações socioambientais, construídas a partir dos processos de aprendizagens pautados pelas memórias bioculturais e práticas agroecológicas dos promotores e promotoras em agroecologia e agricultura urbana e de suas comunidades.

Referências

AGUIAR, M. V. A.; MATTOS, J. L. S.; LIMA, J. R. T.; FIGUEIREDO, M. A. B.; SILVA, J. N.; CAPORAL, F. R. Princípios e Diretrizes da Educação em Agroecologia. *Cadernos de Agroecologia*, v. 11 n. 1, jun. 2016. Disponível em: <<https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/20800/12894>>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

ALVAREZ, Denise Ocampo. *Metodología de Campesino a Campesino: actividades y herramientas ante el cambio climático*. Havana, 2016. Disponível em: <<https://www.ipscuba.net/media/2021/08/Metodologia-de-campesino-a-campesino.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. Segregação socioespacial e construção de identidades urbanas na RMBH. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda (Orgs.) *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

COSTA, G. M.; MAGALHÃES, F. N. C. Processos socioespaciais nas metrópoles de países de industrialização periférica: reflexões sobre a produção do espaço metropolitano de Belo Horizonte, Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 13, n. 1, p. 9-25, maio 2011.

LOURENÇO, Thiago Castelo Branco. Ocupações urbanas em Belo Horizonte: conceitos e evidências: das origens de um movimento social urbano. *Caderno de Arquitetura e Urbanismo*, vol. 24, n. 35, 2ª semestre de 2017.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. *Ariús*, Campina Grande, v. 14, n. 1/2, p. 9-16, jan./dez., 2008.

SILVA, Natália Alves da. Uma Izidora e duas Rosas: notas para uma perspectiva do espaço protagonizada por mulheres negras. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, 2021.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. *A memória biocultural: a importância ecológica dos saberes tradicionais*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.